



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº. 019/2008

PROCESSO n.º 2302/08

LICITAÇÃO n.º 107/08 – Pregão Presencial

VALIDADE: até 13/01/10

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos 14 dias do mês de **janeiro** de 2009, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena n.º 1420 e Rua Goiás n.º 229, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 21.154.554/0001-13, nos termos do estabelecido pela Lei Federal n.º 10.520, de 17.07.02, pelas Leis Estaduais n.º 13.994, de 18.09.01, n.º 14.167, de 10.01.02, pelos Decretos Estaduais de n.º 44.786 de 18.04.2008, de n.º 44.787 de 18.04.08, de n.º 44.431, de 29.12.06 e suas alterações posteriores, com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666 de 21.06.93, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **SÉRGIO ANTÔNIO DE RESENDE**, a seguir denominado **TRIBUNAL**, resolve registrar os preços das empresas abaixo identificadas, a seguir denominadas simplesmente **FORNECEDORES**, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.

FORNECEDORES:

LOTES 01, 02, 05, 06 – TSW COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA., com sede na Rua Sete de Setembro n.º 315 – Bairro Aterrado, Cep: 13.801-350 – Município de Mogi Mirim - SP, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.456.190/0001-00, neste ato representada por seu sócio, Sr. Wagner Eduardo Mira, residente na rua Dr. Ulhôa Cintra, n.º 865, Bairro Centro, CEP: 13.800-061, Mogi Mirim - SP, portador da Carteira de Identidade n.º 12.174.806, SSP/SP, CPF n.º 075.422.898-37.

LOTE 03 – AF INDÚSTRIA DE MÓVEIS DE AÇO E TRANSPORTES LTDA., com sede na Av. Olavo dos Santos, n.º 180, Distrito Industrial II – Pará de Minas/MG - SP, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.554.048/0001-16, neste ato representada por seu sócio, Sr. Evânio Fonseca Amaral,

residente na rua Jafé de Almeida, nº 150, Bairro Nossa Senhora das Graças, Pará de Minas - SP, portador da Carteira de Identidade n.º MG 7.767.563 , SSP/MG, CPF n.º 066.043.726-00.

LOTE 04 – PONTASUL INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA., com sede na Av. Senador Flávio Carvalho Guimarães, nº 1600, Bairro Boa Vista, Cep: 84070-460 – Município de Ponta Grossa/ PR, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 82.454.984/001-45, neste ato representada por seu procurador, Sr. Antônio de Oliveira Azevedo, residente na rua da Liberdade, nº 266, na cidade de Betim – MG, portador da Carteira de Identidade n.º M 1179 ,SSP/MG, CPF n.º 118.684.496-53.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a aquisição de Móveis de Aço, especificados no Anexo I do Edital e proposta da Contratada apresentada à Licitação 107/2008 – Pregão Presencial.

1.1. Este instrumento não obriga o Tribunal a adquirir os produtos nele registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

DO REAJUSTE

CLÁUSULA SEGUNDA. Os quantitativos, marcas, preços e fornecedores registrados encontram-se relacionados no Anexo I desta Ata.

2.1. Os preços registrados poderão ser reajustados, caso haja prorrogação da vigência da Ata, mediante celebração de Termo Aditivo, com base na variação máxima do INPC, ou de outro índice que venha substituí-lo, de acordo com o art. 9º do Decreto Estadual nº 44.787/08.

2.2. Os preços registrados se manterão fixos, ressalvadas as hipóteses contidas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e no art. 15 do Decreto Estadual nº 44.787 de 18.04.2008, desde que, devidamente comprovado mediante planilhamento dos custos e detalhamento dos fatos supervenientes.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA TERCEIRA. A vigência da Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, admitida a prorrogação por igual período, nos termos do art. 14 do Decreto estadual nº. 44.787 de 18/04/2008.

DO GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA QUARTA. O gerenciamento deste instrumento caberá à Gerência de Compra de Bens e Serviços, para avaliar o mercado constantemente, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar trimestralmente os preços registrados.

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

CLÁUSULA QUINTA. O Tribunal fará as aquisições mediante a convocação do fornecedor para, no prazo de 03 (três) dias úteis assinar a Autorização de Compra e atendimento das exigências previstas no Termo de Referência.

5.1 Se o fornecedor recusar-se a assinar a Autorização de Compra, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO

CLÁUSULA SEXTA. O prazo de entrega futura, para cada aquisição, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, será de até **20 (vinte) dias úteis**.

6.1 O licitante vencedor deverá entrar em contato com a COPAT para agendar as entregas dos materiais, através do telefone (31)3462.6335, e para verificar o local exato da entrega que poderá ser, a critério do TJMG, na AV. Pedro II, 2939, Bairro Carlos Prates, Belo Horizonte/MG ou , na Rua Sócrates Alvim, nº 10, Vila Virgínia – Bairro Camargos Belo Horizonte - MG, das 08:30 às 12:00 horas e das 13:00 às 16:30 horas.

ob pena de não recebimento imediato das mercadorias na chegada das mesmas ao endereço supracitado.

6.2 Por acordo entre as partes, o material poderá ser entregue parceladamente, observado o prazo máximo acima, ficando, entretanto, o pagamento condicionado à entrega da totalidade do objeto.

DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

CLÁUSULA SÉTIMA. Os materiais serão recebidos na forma prevista no art. 73, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93.

7.1 O recebimento provisório do objeto da licitação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

7.1.1. O recebimento provisório dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

a) materiais devidamente embalados, acondicionados e identificados, de acordo com a especificação técnica.

b) quantidades dos impressos em conformidade com o estabelecido na Nota de Empenho e de acordo com a prova gráfica aprovada.

c) no prazo, local e horário de entrega, previstos neste Edital.

7.1.2. O recebimento definitivo dos bens dar-se-á após:

a) verificação física para constatar a integridade dos mesmos;

b) verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Edital e prova gráfica aprovada.

7.2 Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pelo ateste no verso da Nota Fiscal, efetuado por servidores da Gerência de Suprimento de Controle Patrimonial.

7.3 Caso insatisfatório as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignará as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 08 (oito) dias, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

7.4 Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas neste Edital.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA OITAVA. Constituem obrigações:

8.1. DO TRIBUNAL

8.1.1 Permitir o acesso do representante ou empregado do fornecedor ao local da entrega desde que devidamente identificado.

8.1.2 Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

8.1.3 Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1.4 Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

8.2. DO FORNECEDOR

8.2.1 Entregar os equipamentos de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes da Autorização de Compra, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata.

8.2.2 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento.

8.2.3 Substituir, no prazo de 08 (oito) dias e sem ônus para o Tribunal os materiais devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata ou, quando for o caso, a amostra apresentada, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

8.2.4 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Tribunal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência ao Tribunal, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Autorização de Compra.

8.2.5 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

8.2.6 Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade do material estimado no Anexo I deste Edital, de acordo com o art. 65, §1º da Lei Federal nº. 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia do Tribunal;

8.2.7 Comunicar imediatamente ao Tribunal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras que julgavam necessárias para recebimento de correspondência.

8.2.8 Indenizar terceiros e/ou o Tribunal, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as

medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.2.9 Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

8.2.10 Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos equipamentos, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA NONA. O Tribunal pagará aos fornecedores o valor unitário registrado por item multiplicado pela quantidade solicitada, que constará da Autorização de Compra e da Nota de Empenho.

9.1. No preço unitário estão incluídos todos os impostos, taxas e encargos sociais, além das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, e das despesas com transportes, as quais correrão por conta dos fornecedores.

9.2. Para cada Autorização de Compra, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal, com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação e conseqüentemente lançado nesta Ata.

9.3. O fornecedor apresentará a Nota Fiscal na Coordenação de Controle do Patrimônio Mobiliário – COPAT acompanhada dos originais das certidões de débito junto ao INSS, FGTS e Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (válidas e regulares).

9.4. O pagamento será depositado na conta bancária do fornecedor até o 5º dia útil após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou o ateste no verso da Nota Fiscal.

9.5. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais ou junto ao cadastro, o Tribunal comunicará ao fornecedor para que regularize a situação.

9.5.1. Na hipótese prevista no subitem 9.5, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizado.

9.6. O Tribunal se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos do fornecedor, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

9.7. Não serão pagos os materiais fornecidos em desacordo com as especificações que integram esta Ata.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93.

10.1. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, o Tribunal negociará com o fornecedor sua redução.

10.2. Se o preço de mercado tornar-se superior ao registrado, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar a Autorização de Compra, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento, comprovantes, como exemplo notas fiscais de aquisição de matérias-primas e lista de preços de fabricantes, de que não é possível cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços.

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. A presente Ata ou o registro de fornecedor específico poderá ser cancelado de pleno direito nas seguintes situações:

11.1. Pelo Tribunal:

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não assinar a Autorização de Compra no prazo estabelecido;
- c) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei federal nº 8.666/93;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;
- e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo Tribunal.

11.2. Pelo Fornecedor:

- a) mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior.

11.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário do Judiciário Eletrônico, por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Tribunal, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

11.6. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93, o Tribunal adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Pelo atraso na inexecução total ou parcial no cumprimento do objeto, recusa em firmar o contrato ou assinar documento equivalente, garantida a ampla defesa, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

a) advertência, por escrito, informando à contratada sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

b) multa, observados os seguintes limites:

b.1) até 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do faturamento mensal, em caso de atraso na execução do objeto ou na prestação dos serviços, ou pela inexecução parcial da obrigação assumida, limitada a incidência a 30 (trinta) dias. Após o trigésimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b.2) até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, reincidência das hipóteses previstas na alínea b.1 ou no caso do contratado não prestar, renovar ou reforçar a garantia contratual, quando houver.

B.3) até 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida, bem como na hipótese de rescisão do contrato prevista no inc. I do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666/93

c) suspensão temporária de participar em licitações promovidas pelo Tribunal e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 6º da Lei nº. 13.994/2001 e demais disposições correlatas;

d) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666/93 e do inc. IV do art. 18 do Decreto Estadual nº. 44.431/06 (alterado pelo Decreto de nº. 44.515/07).

12.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste edital.

12.3. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado da garantia prestada ou do pagamento eventualmente devido pela Administração.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar a Autorização de compra decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

13.1. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Tribunal, através da Gerência de Compra de Bens e Serviços - GECOMP.

13.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

13.3. As aquisições adicionais de que trata o subitem 13.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.


13.4. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

DO FORO


CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta Ata.

E por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata.

Belo Horizonte, 14 de janeiro de 2009.


Desembargador SÉRGIO ANTÔNIO DE RESENDE
Presidente


Pelos Fornecedores:


Wagner Eduardo Mira
TSW COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA

10.456.190/0001-00



TSW COMÉRCIO
DE MÓVEIS LTDA



Rua 7 de Setembro, 315
Aterrado - Mogi Mirim/SP
CEP 13.801-350


Evânio Fonseca Amaral
AF INDÚSTRIA DE MÓVEIS DE AÇO E TRANSPORTES LTDA


Antônio de Oliveira Azevedo
PONTASUL INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA

Testemunhas:


 T006196-0


 T006196-0

ANEXO I DA ATA DE REGISTRO
QUANTITATIVO, PREÇOS E FORNECEDORES

(a que se refere a cláusula segunda da Ata de Registro de Preços 019/08)

LOTE	ITEM	QUANTIDADE REGISTRADA	UN	DESCRIÇÃO SIMPLIFICADA	CÓDIGO DO BEM	PREÇO UNITÁRIO	FORNECEDOR
1	1.1	1.200	Unid.	Estante de aço – 7 prateleiras	87.10.001-0	225,40	
2	2.1	100	Unid.	Arquivo de aço – 4 gavetas	87.10.002-9	370,00	
3	3.1	4.600	Unid.	Escaninho modular em aço – 9 repartições	87.10.023-1	193,33	
	3.2	200	Unid.	Armário modular em aço – 2 portas	87.10.034-7	203,41	
4	4.1	100	Unid.	Cofre de aço – 180 kg aproximadamente	87.10.025-8	480,00	
5	5.1	100	Unid.	Guarda-roupa de aço – 4 portas	87.10.054-1	280,00	
6	6.1	1.000	Unid.	Longarina de polipropileno – tipo concha – 3 lugares	87.90.029-7	180,00	

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS,

à vista do disposto no art. 96, inciso I, da Constituição da República,

RESOLVE nomear as candidatas abaixo relacionadas, habilitadas em Concurso Público de Provas, conforme homologação publicada em 06.10.2007, para o cargo a seguir indicado, por sua especialidade, do Quadro de Servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, constante do Anexo I da Lei 16.645, de 05 de janeiro de 2007, em conformidade com o disposto no art. 21 da Constituição Estadual, conforme especificado:

Cargo/Especialidade: Oficial Judiciário D / Oficial Judiciário
Sigla/Padrão: TJ-SG / PJ-28
Nome: Flavia Ferreira de Oliveira
Classificação: 428

Cargo/Especialidade: Oficial Judiciário D / Oficial Judiciário
Sigla/Padrão: TJ-SG / PJ-28
Nome: Selma Luiza Muneron
Classificação deficiente: 57

Belo Horizonte 16 de janeiro de 2009

Desembargador SÉRGIO RESENDE
Presidente

AVISO

Após a apresentação dos documentos constantes do item XIX do Edital do Concurso Público nº 01, de 20.04.2007, os candidatos deverão apresentar-se para posse e exercício.

Local: Rua Goiás, nº 229, 9º andar, sala 905
Horário: de 12h às 18h

1ª INSTÂNCIA

DIRETORIA EXECUTIVA DE
ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Portaria nº. 05/DEARHU/2009

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

à vista do disposto no artigo 96, inciso I, da Constituição da República, e usando das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE tornar sem efeito a nomeação, publicada em 26 de novembro de 2008, da candidata abaixo relacionada, aprovada em Concurso Público de Provas para provimento de cargos da Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais, Edital 01/2005, nos termos do subitem 1.7 do item III, e por não ter atendido o requisito previsto na alínea "j" do subitem 1 do item VIII, do referido Edital:

Comarca: Uberlândia
Cargo/Especialidade: Oficial Judiciário D / Comissário da Infância e Juventude
Código/Padrão: JPI-SG / PJ-28

Nome: Lidia Ferreira Gomes
Classificação: 11

Belo Horizonte, 16 de janeiro de 2009

Desembargador SÉRGIO RESENDE
Presidente

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

DIRETORIA EXECUTIVA DA GESTÃO DE BENS, SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

Diretora Executiva em exercício:
Adriana Lage de Faria Navarro
16.01.2009

Homologação/adjudicação

Licitação nº 070/2008
Processo: 1298/2008
Modalidade: Tomada de Preços
Objeto: Reforma e Ampliação do prédio do Fórum da Comarca de Ouro Fino/MG.
Empresa Vencedora: Construtora Alves Ltda
Valor Total: R\$ 1.686.266,88 (hum milhão, seiscentos e oitenta e seis mil, duzentos e sessenta e seis reais e oitenta e oito centavos).

Licitação nº 114/2008
Processo: 2383/2008
Modalidade: Tomada de Preços
Objeto: Reforma e Ampliação do prédio do Fórum da Comarca de Januária/MG.
Empresa Vencedora: BML Engenharia Ltda
Valor Total: R\$ 699.711,10 (seiscentos e noventa e nove mil, setecentos e onze reais e dez centavos)

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº 019/2008**
TJMG X TSW COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA
X AF INDÚSTRIA DE MÓVEIS DE AÇO E
TRANSPORTES LTDA X PONTASUL
INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA

Processo: 2302/2008
Licitação: 107/2008
Modalidade: Pregão Presencial
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de móveis de aço.

Lote 1: TSW Comércio de Móveis Ltda
Item 1.1 – Estante de Aço – 7 prateleiras
Quantidade Registrada: 1.200 unid
Valor Unit: R\$225,40 (duzentos e vinte cinco reais e quarenta centavos).

Lote 2: TSW Comércio de Móveis Ltda
Item 2.1 – Arquivo de Aço – 4 gavetas
Quantidade Registrada: 100 unid
Valor Unit: R\$370,00 (trezentos e setenta reais).

Lote 3: AF Indústria de Móveis de Aço e Transportes Ltda
Item 3.1 – Escaninho modular em aço – 9 repartições
Quantidade Registrada: 4.600 unid
Valor Unit: R\$193,33 (cento e noventa e três reais e trinta e três centavos)
Item 3.2 – Armário modular em aço – 2 portas
Quantidade Registrada: 200 unid
Valor Unit: R\$203,41 (duzentos e três reais e quarenta e um centavos)

Lote 4: Pontasul Indústria Metalúrgica Ltda
Item 4.1 – Cofre de Aço – 180kg aproximadamente
Quantidade Registrada: 100 unid
Valor Unit: R\$480,00 (quatrocentos e oitenta reais)

Lote 5: TSW Comércio de Móveis Ltda

Item 5.1 – Guarda-roupa de Aço – 4 portas
Quantidade Registrada: 100 unid
Valor Unit: R\$280,00 (duzentos e oitenta reais)

Lote 6: TSW Comércio de Móveis Ltda
Item 6.1 – Longarina de polipropileno – tipo concha – 3 lugares
Quantidade Registrada: 1.000 unid
Valor Unit: R\$180,00 (cento e oitenta reais)

Gerência de Compra de Bens e Serviços
Gerente: Henrique Esteves Campolina Silva
16.01.2009

Termos Aditivos – Convênios (Extratos)

Município de Caputira/MG - 2º TA de 19.12.2008 ao Cv. 362/2005 de 1º.12.2005. - Objeto: Prorrogação do prazo de vigência. - Vigência: 31.12.2008 a 1º.12.2010. - Valor do 2ºTA: Sem ônus para o Tribunal.

Município de Itaúna/MG - 3º TA de 19.12.2008 ao Cv. 120/2005 de 15.06.2005. - Objeto: Prorrogação do prazo de vigência. - Vigência: 31.12.2008 a 15.06.2010. - Valor do 3ºTA: Sem ônus para o Tribunal.

Termo de Doação (Extratos)

Associação Quilombola dos Moradores e Produtores das Comunidades de Macuco, Mata Dois, Pinheiro e Gravatá - APROMPIG. - Ct. 411/2008 de 12.01.2009. Objeto: Doação de materiais permanentes inservíveis.

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Minas Novas - APAE. - Ct. 421/2008 de 12.01.2009. Objeto: Doação de materiais permanentes inservíveis.

Autorização de Compra (Extratos)

AC-001/2009 de 07.01.2009 – Licit. 010/2008 – LFJ Blindagens Comércio e Serviços S.A. - Objeto: Aquisição de equipamentos de segurança – coletes à prova de balas. Valor: R\$ 14.346,00. Dotação Orçamentária: nº 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.30.25 – Material de Segurança, Apetrechos Operacionais e Policiais.

AC-002/2009 de 09.01.2009 – Licit. 103/2008 – Lote 1. - Âncora Material Elétrico Ltda. - Objeto: Aquisição de materiais para manutenção e reparos do Fórum da Comarca de Teófilo Otoni/MG. Valor: R\$ 6.000,00. Dotação Orçamentária: nº 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.30.19 – Material para Manutenção e Reparos de Imóveis de Propriedade da Administração Pública.

AC-003/2009 de 09.01.2009 – Licit. 103/2008 – Lote 2. - Âncora Material Elétrico Ltda. - Objeto: Aquisição de material elétrico para reparos do Fórum da Comarca de Teófilo Otoni/MG. Valor: R\$ 556,70. Dotação Orçamentária: nº 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.30.20 – Material Elétrico.

DIRETORIA EXECUTIVA DE FINANÇAS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Diretor Executivo: José Moreira Magalhães

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE